



Destamato cresceu em 2019, segundo números da pesquisa

MEIO AMBIENTE

Altamira e São Félix lideram desmate

PESQUISA - Imazon aponta alta de 63% no desflorestamento no mês passado

O Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), elaborado a partir de boletim do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), detectou em agosto deste ano 886 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal, o que representa um aumento de 63% em relação a agosto de 2018, quando o desmatamento somou 545 quilômetros quadrados. No Pará foi registrado 48% do desmatamento total, seguido por Amazonas (15%), Rondônia (13%), Mato Grosso (12%), Acre (11%) e Roraima (1%).

O relatório do SAD informa ainda que as florestas degradadas na Amazônia Legal somaram 922 quilômetros quadrados em agosto de 2019, enquanto que em agosto de 2018 a degradação

florestal detectada totalizou 119 quilômetros quadrados, um aumento de 675%. Em agosto de 2019 a degradação foi detectada no Mato Grosso (45%), Pará (42%), Rondônia

Aumento em comparação com agosto de 2018 é de 675%, segundo o Imazon

(8%), Amazonas (4%) e Acre (1%).

O Imazon explica que existem diferenças entre o que são áreas desmatadas e degradadas. É caracterizado como desmatamento o processo de destruição

total e permanente de uma área verde. Na maioria das vezes, essa floresta é convertida em áreas de pasto. A degradação, por outro lado, é caracterizada pelo corte raso e seletivo das árvores, normalmente para fins de comercialização da madeira. Outros exemplos de degradação são os incêndios florestais, muitas vezes usados para abertura de clareiras, como assistido recentemente em telejornais.

Os municípios paraenses de Altamira e São Félix do Xingu figuraram em primeiro e segundo lugar entre as dez cidades que mais desmataram. Em agosto, foram detectados 92 quilômetros quadrados e 60 quilômetros quadrados de florestas desmatadas, respectivamente.

Áreas indígenas no Pará são atingidas

As Unidades de Conservação com mais alertas de desmatamento foram a APA Triunfo do Xingu, do Pará, e Florex Rio Preto-Jacundá, de Roraima, com 38 quilômetros quadrados e 32 quilômetros de devastação, respectivamente. Das dez terras indígenas com maior número de áreas desmatadas em agosto deste ano, 7 ficam no Pará. A TI Cachoeira Seca do Iriri, no noroeste do estado, aparece no topo da lista, com 19 quilômetros quadrados desmatados.

O cientista social e pesquisador do Núcleo de Meio Ambiente (Numa) da Universidade Federal do Pará (UFPA), André Farias, afirma que o fato de a primeira e a segunda cidades que mais desmataram estarem no Pará, além da reserva indígena mais atingida, acende um alerta sobre a responsabilidade não só do Governo Federal em diminuir os índices de desmatamento e degradação na região, mas também do Go-

verno do Pará. "Acho inteligente que os governadores da Amazônia Legal estejam buscando estratégias, independentemente do Governo Federal, para atrair investimento após o presidente ter paralisado o Fundo Amazônia. Mas também acho que o Governo do Pará deve aplicar fundos do próprio orçamento para conter o desmatamento", declara.

Para Farias, os dados divulgados do Imazon confirmam a tendência do aumento da devastação apresentados pelo ex-diretor do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão. E, junto com o discurso proferido pelo presidente Jair Bolsonaro, ontem, na abertura da 74ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), podem aumentar a desconfiança internacional sobre o compromisso com o meio ambiente defendido no mesmo pronunciamento. "Quando o presidente diz que não vai demarcar nenhuma terra indígena

ele está reforçando o aval para que latifundiários, que foram grileiros, invadam as terras indígenas e aumentem o desmatamento, confirmando a tendência de crescimento. Para o Pará, que é um importante exportador de carne, por exemplo, isso é preocupante", critica.

SAD

De acordo com o Imazon, o Sistema de Alerta de Desmatamento é uma ferramenta de monitoramento, baseada em imagens de satélites, desenvolvida pelo instituto para informar mensalmente o ritmo do desmatamento e da degradação florestal da Amazônia. O Sistema foi criado em 2008 e opera, atualmente, os satélites Landsat 7 (sensor ETM+), Landsat 8 (OLI), Sentinel 1A e 1B, e Sentinel 2A e 2b (MSI), "com os quais é possível detectar desmatamentos a partir de 1 hectare mesmo sob condição de nuvens", afirma o Imazon.



ESPAÇO LEGISLATIVO

Vereadores buscam saídas para mobilidade

As alternativas de mobilidade na capital e as dificuldades enfrentadas por pedestres, ciclistas e usuários de ônibus foram discutidas ontem, na Câmara Municipal de Belém, em sessão especial em alusão ao Dia Mundial sem Carro, transcrito no domingo (22). Na ocasião, grupos de apoio ao ciclismo falaram sobre suas principais demandas e apresentaram sugestões para melhorar o trânsito e a mobilidade em Belém. Autor do requerimento, o vereador Fernando Carneiro (PSOL) explicou que a ideia é encaminhar à Prefeitura de Belém propostas sobre o tema. "Quando a gente fala de Dia sem Carro, é para romper com essa lógica que automóvel organiza a vida das pessoas. O automóvel se transformou em uma das mercadorias da sociedade de consumo, ele vende um estilo de vida", declarou. Carneiro pede mais cuidado com o transporte coletivo, os pedestres, as calçadas e as cicloviárias, e aponta estu-

do da organização Mobilize Brasil, de São Paulo, que revelou que a capital paraense é a pior do país, entre todas as capitais, no quesito calçadas, e também pediu maior conscientização de ciclistas sobre a necessidade do uso do capacete e de dis-

Ciclistas pedem apenas o cumprimento da legislação vigente sobre segurança no trânsito

positivo luminosos durante a noite.

Carneiro defende em projetos a redução da idade mínima da frota de ônibus de 10 para seis anos e, também, que seja estabelecida a chamada "parada segura", possibilitando que a partir da 22h, mulheres, idosos e pessoas com deficiência possam escolher o local que quiser para pegar o ônibus, dentro da rota do coletivo-

BICICLETAS

Membro da rede de ciclistas Bike Anjo, Daniel Ventura diz que o primeiro passo para a melhoria da mobilidade na cidade é a conscientização do poder público, especialmente dos órgãos de trânsito, para garantir o cumprimento da legislação. "Além da qualidade de vida, em Belém é mais rápido você andar de bicicleta. Da Cidade Velha para a Doca, eu faço em 15 minutos de bicicleta, enquanto de ônibus a viagem dura uma hora e o plano de Belém favorece o deslocamento de ciclistas. Não há reclamação de clima ou topografia, o que se reclama é do desrespeito no trânsito e a falta de infraestrutura. Se você transitar na ciclovia da Duque, vai perceber que ela não foi feita por ciclista, porque ela é cheia de sobe e desce, de ladeira", afirmou. "A nossa meta é educação no trânsito."



Ciclistas ainda tem pouca segurança para circular

Alepa terá frente pela educação pública

Foi aprovado ontem na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) a criação de uma Frente Parlamentar para atuar na defesa da Educação Pública no Estado. O grupo deverá fazer o levantamento da atual situação das escolas públicas estaduais, por meio de debates, audiências, sessões especiais e outras reuniões sobre o tema; sugerir medidas e políticas públicas que assegurem o bom funcionamento dos serviços de educação; e intermediar negociações e entendimentos entre a Secretaria de Educação, o governo federal, governo estadual e bancada federal no Congresso. A matéria foi apreciada em turno único e deve retornar à pauta para redação final. De acordo com autora do projeto, deputada Marinor Brito (PSOL) o objetivo é dar um reforço político, além do trabalho exercido pela Comissão de Educa-

ção, nas ações em prol de uma educação pública de qualidade. "Vai ser uma espécie de retaguarda política para atuar na fiscalização e ser um projeto coletivo de apoio a esse setor", reforçou. Ela citou a decisão do Conselho Universitário da Universidade

Partidos devem indicar nomes para a composição da nova Frente parlamentar pela educação

Federal do Pará (UFPA) de rejeitar a proposta do Programa Future-se, do Ministério da Educação. "É necessário que a gente atue apoiando a decisão democrática e coletiva das universidades", argumentou. A vereadora comentou

ainda a greve no município de Igarapé-Açu, onde os profissionais da educação acusam a prefeitura de não pagar o INSS desde 2017 e ainda descontar quinze dias dos salários, por conta da paralisação. "Também vamos trabalhar para resolver os problemas nas escolas paraenses e tentar atuar para garantir que o acesso de servidores na área de educação seja por meio de concurso público". A Frente será composta por, no mínimo, cinco deputados, indicados pela liderança de cada partido representado na Assembleia Legislativa. Poderão colaborar com o grupo gestores de escolas públicas, organizações de estudantes, professores e técnicos, assim como parlamentares federais. As reuniões serão públicas e a Frente deve produzir relatórios de suas atividades.